

Congresso receberá medidas de corte de gasto até amanhã

Por Edna Simão | De Brasília

O governo vai encaminhar até quarta-feira ao Congresso Nacional todas as medidas anunciadas para contenção de gastos, porque os seus efeitos serão considerados na elaboração do proposta orçamentária de 2018, que precisa ser enviada aos parlamentares até o fim do mês.

No dia 15, a equipe econômica anunciou um aumento da meta de primário do governo central que será de R\$ 159 bilhões em 2017 e 2018. Além disso, anunciou uma série de medidas para reduzir as despesas e melhorar as receitas do governo.

Até amanhã, segundo informações divulgadas pelo Ministério do Planejamento, serão enviados os "instrumentos de alteração legal" para o adiamento por um ano do reajuste dos servidores públicos; cancelamento do aumento de cargos em comissão, funções de confiança, gratificações e funções comissionadas. Somente o adiamento do aumento do funcionalismo federal vai gerar uma economia de R\$ 5,1 bilhões em 2018.

Uma fonte informou ao Valor

que, no caso, do congelamento dos salários dos servidores, a medida já foi encaminhada para Casa Civil. No caso da reestruturação de carreiras, a proposta ainda está sendo trabalhada no Ministério do Planejamento. "A reestruturação das carreiras será enviada ao Congresso nas semanas seguintes", informou oficialmente o ministério.

Além disso, será encaminhada a redução de ajuda de custo para servidores que são transferidos para outros Estados e definição de critérios mais restritivos para liberação do auxílio-moradia. Também será enviado até o fim do mês o aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%.

A decisão de enviar as medidas por projeto de lei ou medida provisória é do presidente Michel Temer. Sobre o teto de remuneração dos servidores públicos, a ideia do governo, por enquanto, é apoiar um projeto que já está em tramitação no Congresso Nacional.

A ideia é fazer um "pacote", ou seja, encaminhar até amanhã todas as medidas - seja de redução de gasto como também para aumento de receitas.

Réus no STF, Gleisi e Paulo Bernardo negam ter cometido corrupção

Por Luísa Martins | De Brasília

Asenadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, prestaram depoimento, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), e negaram terem sido beneficiados do esquema de corrupção da Petrobras investigado pela Operação Lava-Jato. Eles são réus perante a Corte em um processo que apura se a campanha da petista ao Senado, em 2010, foi financiada com dinheiro ilegal.

Presidente do partido, Gleisi voltou a dizer a acusação não demonstra que ela tenha praticado irregularidades. "Estou há três anos apanhando nesse processo e não há provas de que eu tenha cometido ilícitos ou crimes. Estou sendo condenada antecipadamente", declarou a petista a jornalistas na saída do depoimento, prestado a um juiz auxiliar do ministro Edson Fachin, relator do caso no Supremo.

Ela afirmou, ainda, que o Ministério Público Federal (MPF) os denunciou com o único propósito de atender aos apelos da sociedade. "Tem um alto grau de politização e muita influência do Judiciário pela

opinião pública, o que é um erro. Tenho que ser julgada pelo devido processo legal", criticou a parlamentar.

De acordo com as investigações, Paulo Bernardo, na condição de ministro do Planejamento do governo Dilma Rousseff, pediu R\$ 1 milhão para o então diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa com o objetivo de financiar a campanha eleitoral de Gleisi. Em troca, o petista garantiria a manutenção de Costa no cargo. O dinheiro teria sido operado pelo doleiro Alberto Youssef.

Na audiência de ontem, Paulo Bernardo disse que nunca pediu dinheiro a Costa ou participou de reuniões particulares com o empresário. "Eu o encontrava apenas em reuniões de trabalho no Palácio do Planalto. Ele nunca me pediu apoio para ser diretor da Petrobras e eu também nunca movi uma palha para isso", disse aos repórteres.

Ao contrário da mulher, que se disse "vítima de perseguição política", o ex-ministro dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma afirmou que prefere "não fazer esse juízo". "Acho que [a denúncia] se trata de um equívoco. Estou procurando

demonstrar que a acusação não é verdadeira, que não tem elementos para se sustentar", afirmou.

Gleisi e Paulo Bernardo viraram réus em fevereiro, quando o STF recebeu denúncia do MPF, oferecida com base nas delações premiadas de Costa e Youssef.

O ex-presidente Lula também prestou depoimento no âmbito desse processo. Na condição de testemunha de defesa, negou que a senadora e o marido tivessem influência na indicação de cargos à Petrobras.

A ação penal, uma das mais adiantadas da Lava-Jato, agora parte para as alegações finais das partes (Gleisi, Paulo Bernardo e MP). Cumprida essa fase, o caso deve ir a julgamento pela Segunda Turma da Corte - o colegiado deve decidir sobre a condenação ou absolvição dos réus. Votam, além de Fachin, os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Celso de Mello.

A expectativa é de que o julgamento ocorra ainda neste ano. Gleisi ainda é alvo de outros dois inquéritos na Corte.

Relator rejeita emendas ao projeto que muda metas fiscais

Por Ribamar Oliveira, Cristiane Bonfanti e Bruno Peres | De Brasília



Pestana: para relator, mudança é necessária diante do "cenário fiscal adverso" e por conta de perspectivas desanimadoras para as finanças do governo.

O relator do projeto de lei que muda as metas fiscais para 2017 e 2018, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), rejeitou todas as 67 emendas que foram apresentadas pelos parlamentares e manteve a íntegra da proposta encaminhada pelo governo.

O parecer de Pestana, favorável ao projeto, foi divulgado ontem e deverá ser votado hoje pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional (CMO). No mesmo dia, está prevista a votação

do projeto de mudanças das metas pelo Congresso.

O projeto eleva a meta de déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões em 2017 e de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões em 2018. A aprovação do projeto é indispensável para que o governo consiga elaborar a proposta orçamentária para 2018, já com base na nova meta fiscal. O prazo constitucional para que o governo envie a proposta orçamentária ao Congresso é 31 de agosto.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que, se não for aprovada a proposta de revisão das metas fiscais, a equipe econômica terá de trabalhar com restrições "muito severas de despesas" em relação ao Orçamento e "talvez com outras medidas na área da receita".

Meirelles ressaltou que a equipe econômica anunciou um Orçamento "realista e factível" e que será cumprido. "Propusemos um Orçamento que permitirá melhor funcionamento da máquina pública e

evitando-se aumento de impostos", disse.

Em seu parecer, o deputado Marcus Pestana diz que a mudança das metas "é necessária diante do cenário fiscal adverso por que passa o país". Ele observa que "as perspectivas para as finanças do governo central no mais curto prazo são desanimadoras" e que a baixa atividade econômica vem prejudicando a arrecadação desde 2012. Por causa disso, o governo está cada vez mais dependente da facilitação do pagamento de valores em atraso e de receitas patrimoniais ou extraordinárias.

O relator disse que a revisão dos parâmetros econômicos de 2017 (menores crescimento, inflação, taxa de juros e taxa de câmbio) explica parte importante da queda de arrecadação neste ano. No parecer, Pestana chama a atenção para a frustração superior a R\$ 14 bilhões em 2017 na previsão da receita, depois da divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao terceiro bimestre, ocorrida no dia 22 de julho e que serviu de base para a mudança das metas.

Pactos e pactos

No dia 25 de agosto de 1992, portanto, há 25 anos, alguns dos ministros do governo do então presidente Fernando Collor, entre eles Marcílio Marques Moreira (Economia, Fazenda e Planejamento), Celso Lafer (Relações Exteriores), Célio Borja (Justiça) e Jorge Bornhausen (Governo), emitiram comunicado em defesa da governabilidade, comprometendo-se a permanecer em seus cargos até o fim do eventual processo de impeachment.

Com o título “Um pacto de governabilidade bem-sucedido”, o diplomata e jornalista Pedro Luís Rodrigues, que exercera a função de secretário de Imprensa do Palácio do Planalto até poucos dias antes dessa data, fez um relato daqueles momentos no blog Diário do Poder.

O significado político daquela decisão, relembra, “era o de assegurar aos públicos interno e externo que a esperada intensificação das tensões políticas nos meses seguintes não abalaria, em seus fundamentos essenciais, a gestão dos assuntos do Estado brasileiro”.

No comunicado os ministros observaram que, “seguros da honradez de suas vidas”, não temiam a ameaça de perderem o respeito de seus concidadãos, “exatamente por

servi-los em hora difícil e em circunstâncias adversas”. A decisão lembra a atitude tomada recentemente pelo PSDB na reafirmação do apoio às reformas estruturais, com a permanência de seus ministros no governo Temer, mas com uma diferença fundamental.

Naquela ocasião, os ministros de Collor assumiram uma posição inequívoca, que foi compreendida pelo próprio presidente Fernando Collor, que, como muito bem lembra Pedro Luís Rodrigues, poderia não aceitar a atitude de seus ministros.

Já o PSDB debateu-se durante meses em crise interna que chegou a ser a mais grave dos últimos tempos dentro do partido, pois se dividiu entre os que queriam a saída de Temer — quase metade da bancada votou a favor do prosseguimento do processo — e os que viam na manutenção dos ministros tucanos uma maneira de garantir a continuidade do programa de reformas estruturais do país.

Como lembra Pedro Luís Rodrigues, “estando o bem comum acima dos partidos, dos interesses eleitorais e corporativos, das rivalidades políticas e de facção, de antipatias políticas e pessoais, os signatários manifestaram sua confiança de que a crise seria resolvida nos foros constitucionais

apropriados, “sem pôr em risco, em nenhum momento, os interesses maiores e as necessidades presentes da nação brasileira”.

Ele conta ainda que, depois do desfecho do processo de impeachment, ouviu do ministro da Economia Marcílio Marques Moreira o relato de viagem que acabara de fazer a Washington, onde colheu “frases de admiração pelo fato de uma democracia emergente, como era a brasileira, ter conseguido conduzir uma séria crise política de forma absolutamente constitucional, sem que a economia tivesse sofrido abalos extraordinários, sem que as reservas internacionais precisassem ser tocadas, sem o colapso das bolsas”.

A diferença de clima político também ajudou muito. Há 25 anos, havia quase uma unanimidade a favor do impeachment do presidente Collor, e a demissão maciça do Ministério não influiria no resultado final e nem a permanência foi considerada uma prova de força do presidente da República.

Os ministros, em sua maioria, não faziam parte de partidos políticos, integravam o que se chamou de “Ministério de notáveis”, uma última tentativa de Collor de manter-se no poder montando um Ministério pelos critérios meritocráticos, e não políticos.





Na nossa experiência atual, vemos ministros de diversos partidos, inclusive do PSDB, negociando diretamente com o Congresso a favor do presidente Temer, e vários deles retornando a seus mandatos na Câmara para votar pela permanência do presidente. Provavelmente essa relação direta entre os partidos e o presidente da República foi o que faltou a Collor, e sobrou a Temer.

O que não quer dizer que esta tenha sido uma solução melhor para o país do que a de 25 anos atrás. A diferença é que, naquela ocasião, “os ministros consideravam seu dever prosseguir trabalhando, com serenidade, para assegurar a indispensável continuidade da administração pública, da atividade privada e da tranquilidade dos cidadãos.” Sem interferir na atuação do Congresso.

Proposta orçamentária de 2018 pode ter receitas infladas

Se Congresso não aprovar mudanças, governo terá de fazer "restrições severas de despesas", diz Meirelles

Martha Beck, Manoel Ventura, Letícia Fernandes e Eduardo Barretto

-Brasília- Diante da dificuldade de aprovar a revisão das metas fiscais no Congresso ainda esta semana, a equipe econômica pode acabar apresentando o projeto de lei orçamentária (Ploa) de 2018 com receitas infladas. Por lei, a proposta tem de ser apresentada até dia 31 deste mês e ser compatível com o compromisso fiscal em vigor, hoje um déficit primário de R\$ 129 bilhões.

Embora o governo já tenha proposto aumentar o rombo para R\$ 159 bilhões, o Ploa só poderá ser ajustado a essa meta após receber sinal verde do Legislativo. Como a oposição promete dificultar a votação da mudança das metas de 2017 e 2018 (o governo também quer aumentar o rombo deste ano de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões), é provável que o Orçamento de 2018 tenha de vir com projeção de receitas mais otimista.

Segundo técnicos da área econômica, depois de aprovada a revisão das metas, o texto seria ajustado para estimativas mais realistas. Eles explicam que, como o governo tem pouca margem para rever projeções de arrecadação de impostos e contribuições federais (calculadas com base em parâmetros como crescimento do Produto Interno Bruto e inflação) e de despesas (a maior parte é composta por gastos obrigatórios), a saída normalmente é inflar as projeções com recursos extraordinários de concessões e vendas de ativos.

Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o governo espera aprovar as novas metas "o mais rápido possível". Segundo ele, se o Congresso não aprovar, o governo precisará fazer "restrições severas de despesas ou adotar outras medidas para aumentar as receitas: — O Orçamento será enviado na data prevista pela lei. A meta está sendo discutida. Nós esperamos que seja aprovada o mais rápido possível. Mas vamos supor que não seja aprovada a revisão da meta, vamos ter que trabalhar com restrições muito severas de despesas e talvez outras medidas na área das receitas.

PIB: "CRESCIMENTO BAIXO"

Meirelles estimou, ainda, que o resultado do PIB, que será divulgado pelo IBGE na sexta-feira, deve mostrar um crescimento baixo da economia brasileira ou mesmo "próximo do equilíbrio.

Já o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, negou que eventual nova denúncia contra o presidente Michel Temer possa atingir a reforma da Previdência e os demais índices econômicos. Numa fala otimista, o ministro disse que questões políticas estão "absolutamente desvinculadas da economia. Padilha afirmou também que, junto com Meirelles, conversará com deputados para construir um texto consensual.

Já Temer pediu que os ministros concentrem esforços e conversem com deputados de seus partidos para aprovar o aumento das metas fiscais, a TLP e o novo Refis. E disse que não abandonará a mudança da Previdência: — Não vamos abandonar a reforma da Previdência.

Colaboraram Cristiane Jungblute
Bárbara Nascimento

De olho em R\$ 50 bi, governo pode conceder áreas de petróleo

JULIO WIZIACK
MARIANA CARNEIRO
DE BRASÍLIA

Para fazer caixa, o governo estuda conceder para a iniciativa privada o direito de exploração de até 7 bilhões de barris de petróleo e gás em blocos vizinhos àqueles hoje em produção pela Petrobras.

A medida deverá trazer mais R\$ 50 bilhões ao caixa da União no próximo ano. A equipe econômica e o Ministério de Minas e Energia preveem que a decisão seja tomada com a privatização da Eletrobras, que deve movimentar R\$ 13 bilhões.

As duas iniciativas estão entre as principais apostas do governo para cumprir a meta de déficit de R\$ 159 bilhões do próximo ano. Nenhuma delas está prevista no Orçamento e, segundo técnicos que participam dos estudos, existem outras em análise.

Inicialmente, o governo pensou em ampliar o contrato firmado em 2010 com a Petrobras. Por ele, a

União decidiu autorizar a estatal a explorar diversos blocos no pré-sal, limitando-se a 5 bilhões de barris de óleo e gás por ano e assumindo custos e riscos de produção – modelo conhecido como cessão onerosa.

Mas, diante da reestruturação por que passa a Petrobras, dificilmente haverá uma renegociação do contrato. Por isso, a equipe econômica e os técnicos de Minas e Energia trabalham em um novo modelo de concessão para blocos vizinhos àqueles já em exploração. São eles: Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, Sul de Guará, Entorno de Iara e Peroba.

Segundo técnicos do Ministério de Minas e Energia, nessa área já está comprovado que existe muito mais petróleo do que se imaginava. Por isso, o governo agora quer liberar a exploração.

Não está completamente descartada a revisão do contrato de cessão onerosa. Isso porque, União e Petrobras discutem o acerto de

contas devido à variação drástica do preço do petróleo desde 2010.

As duas partes estão perto de um entendimento.

PRIVATIZAÇÃO

As conversas sobre o modelo de venda da participação da União na Eletrobras também avançaram. Neste momento, está em avaliação a forma como seria feita a operação financeira que levará à diluição da participação federal na estatal e como suas ações serão convertidas em uma "super-ação", que dará poderes de veto em assuntos estratégicos.

Outra questão a ser superada é jurídica. A lei que criou a Eletrobras como estatal determina que a União acompanhe qualquer movimento de capitalização da companhia. Mas a lei que define o programa de desestatização afirma o contrário. A AGU (Advocacia-Geral da União) está estudando o caso e ainda não se posicionou.

PIB crescerá 'ao redor de 3%' em 2018, diz Meirelles

DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta segunda-feira (28) que espera um crescimento da economia “ao redor de 3%” em 2018. A afirmação foi feita minutos após uma reunião ministerial no Planalto, no momento em que o governo Michel Temer se prepara para enfrentar uma nova denúncia contra o presidente.

“Nossa expectativa é darmos no próximo ano ritmo de crescimento acima de 2,5%, possivelmente ao redor de 3%”, disse.

O ministro, porém, foi na contramão do anúncio feito pelo próprio governo há duas semanas, com redução da expectativa de crescimento da economia

em 2018 de 2,5% para 2% — mesmo percentual esperado pelo mercado.

Questionado sobre essa diferença nas estimativas, Meirelles disse que a previsão contida no Orçamento, de 2%, tem mesmo que ser conservadora.

“Não devemos trabalhar com, por exemplo, possibilidade de qualquer nova revisão de meta.”

O chefe da equipe econômica de Temer também afirmou que o PIB do segundo trimestre deste ano, que será divulgado pelo IBGE na sexta-feira (1º), deve ser “baixo” e “próximo do equilíbrio”. “Um pouco para cima, um pouco para baixo. Isso não quer dizer muito, porque é efeito da agricultura.” (LA E MD)

Entrevista : Paulo Caffarelli, presidente do Banco do Brasil

BB vai liberar até R\$ 50 bi para concessões

Segundo presidente do banco, novo modelo de financiamento para infraestrutura vai destravar projetos

Murilo Rodrigues Alves e
Adriana Fernandes / Brasília

Uma semana depois do anúncio do novo programa de privatizações do governo Michel Temer, que incluiu Eletrobrás e outras estatais, o presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, disse ao Estadão/Broadcast que o banco analisa liberar até R\$ 50 bilhões em crédito para 18 projetos de infraestrutura. A avaliação dele é que esse setor será o principal indutor de uma retomada mais sólida do crescimento econômico. O Banco do Brasil liderou um novo desenho de financiamentos para as concessões que agrada mais ao mercado, diferente do adotado na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, quando houve forte concentração no papel do BNDES nos projetos. Como o banco de fomento não honrou empréstimos de longo prazo que tinham sido acertados, muitos projetos acabaram naufragando. Agora, segundo Caffarelli, o setor deve ter um novo impulso.

• **O governo anunciou um programa vasto de privatizações. De que forma o BB vai entrar nesses financiamentos?**



Desenho. Bancos vão dar fiança a projetos, diz Caffarelli

O Banco do Brasil fez um trabalho muito importante, que foi trazer de volta para os financiamentos de infraestrutura os bancos privados. Existia um descontentamento muito grande dos bancos em relação aos empréstimos-ponte (financiamentos que eram contratados num primeiro momento da concessão até que o crédito de longo prazo, cuja análise é mais demorada, fosse aprovado) que eles fizeram. Se olharmos, ficaram para trás algumas operações que foram feitas de empréstimos-ponte na expectativa de que o BNDES fizesse a operação de longo prazo, o que não aconteceu. Eu fui bater na porta dos bancos para falar como a gente desenha um modelo de financiamento para infraestrutura.

• **E qual a reação dos bancos?**

Eles falaram que só voltariam se acabasse com o empréstimo-ponte. Além disso, fizemos (o governo) outras alterações: mudamos o prazo do edital, demos um prazo maior para que as empresas possam analisar o processo. O leilão vai acontecer num prazo mais definido. O contrato começa a correr a partir do momento em que a emissão das debêntures (títulos de crédito emitidos por empresas para captar recursos) começarem a gerar o ingresso de recursos para a construção definitiva. Nesse período, que é o mais delicado, os bancos vão dar fiança. Quem vai comprar as debêntures? O BNDES, o FI-FGTS ou um investidor externo. Nesse primeiro período, os bancos vão dar a garantia que, se acontecer alguma coisa, assumem essa responsabilidade. Em seguida, os bancos saem da operação e vão dar fiança para outro projeto.

• **O sr. mapeou o interesse dos bancos nesse modelo?**

Com esse modelo, sim. Vai ser por meio de um sindicato de bancos. Não vai ter o BB fazendo sozinho. Faz um sindicato, o que dura em média quatro ou cinco anos, e depois sai fora e vai fazer com outro. O bom é que, como no Brasil os bancos ainda não têm funding (fonte de recursos) de





longo prazo, deixa o funding para quem quer investir no longo prazo, como o BNDES, o FI-FGTS ou investidores institucionais (como fundos de pensão).

• *O mercado olhou a carteira de concessões meio ressabiado...*

Tem muita gente que não vai precisar de financiamento. Virá com recursos próprios. Outros, que vão precisar de financiamento, terão um desenho com um avanço significativo.

• *O BB vai emprestar quanto com recursos próprios?*

Temos uma carteira de

infraestrutura de R\$ 103 bilhões. Dessa carteira, R\$ 85,2 bilhões são de recursos próprios. Hoje, estamos analisando 18 projetos, o que dá R\$ 50 bilhões em investimento.

• *Esses R\$ 50 bilhões são crédito novo? Vão ajudar a dar uma movimentada...*

Ajuda muito. Eu acredito muito que o grande estímulo à retomada (da atividade econômica) mais intensa sejam os processos de infraestrutura. Não tem nenhum outro segmento que vá mobilizar de uma forma tão forte como a retomada dos projetos de infraestrutura.

Administração federal pode ter 'apagão'

Dados do Ministério do Planejamento apontam que sem reformas, fatia no Orçamento para gastos não obrigatórios vai cair rapidamente

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

O risco de um "apagão" na administração federal deve crescer nos próximos anos caso o Congresso Nacional demore para aprovar a reforma da Previdência e a reestruturação das carreiras de servidores do Executivo seja também adiada.

Sem essas mudanças, o espaço no Orçamento para gastos não obrigatórios, como investimentos e custeio da administração, cairá rapidamente de 8,2% este ano para 5,3% em 2020, segundo dados do Ministério do Planejamento obtidos pelo "Estadão/Broadcast".

A área econômica tem investido na revisão de programas sociais para detectar pagamentos indevidos e tentar conter o avanço dos gastos obrigatórios, o que já trouxe um impacto positivo de R\$ 5,6 bilhões para este ano. Mas a avaliação é de que essa agenda sozinha não será capaz de evitar um colapso do Orçamento e, conseqüentemente, nos serviços

públicos.

Em tese, a fatia de despesas que podem ser cortadas em caso de necessidade ficará no nível pouco superior a 5% em 2020 se não forem bem-sucedidos os esforços do governo na revisão previdenciária e do funcionalismo público. Mas, mesmo dentro desse grupo, há gastos essenciais, como conta de luz e serviços de informática, que garantem a operação dos sistemas do governo.

Nessa trajetória, o mais provável é que o sufocamento na oferta de serviços já percebido neste ano (com a interrupção de emissão de passaportes, por exemplo) se intensifique e afete cada vez mais atividades como atendimento em agências do INSS, fiscalizações e a manutenção dos gastos com militares. "Se com 8,2% já está difícil, imagina com 5,3%.

Por isso falamos que não há alternativa à reforma da Previdência. Isso vai permitir o gerenciamento mais adequado da nossa política orçamentária e financeira", diz o assessor especial do Ministério do Planejamento, Arnaldo Lima Junior. Fraudes.

Enquanto a reforma não sai do papel, o governo tem trabalhado

em medidas para conter o avanço nos gastos obrigatórios, o que inclui a detecção de fraudes nos benefícios e iniciativas para segurar as despesas com a folha de pessoal e administração pública.

Foi criado em maio do ano passado o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), que reúne Fazenda, Casa Civil, CGU e Planejamento, para tentar implementar soluções de curto prazo e melhorar o gasto com programas sociais.

Os primeiros resultados já foram sentidos neste ano a partir da reavaliação de benefícios pagos em auxílio-doença, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Fies, que rendeu o impacto positivo de R\$ 5,6 bilhões.

A avaliação é de que esse número pode crescer ainda mais. "Todos os programas tiveram crescimento real do gasto nos últimos anos, enquanto passamos a ter queda real de receitas. Identificamos os principais ralos do gasto público e começamos a atacar", diz o secretário executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Rodrigo Toledo Cota, um dos fundadores do comitê.





Até agora, a maior fonte de redução de custos para o governo tem sido a revisão dos benefícios pagos em auxílio-doença, com ganho de R\$ 2,6 bilhões, segundo o CMAP. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) prevê uma economia acumulada de R\$ 17 bilhões desde o início do pente-fino no ano passado até o fim de 2018, como mostrou o Estadão/Broadcast.

E ainda está no plano a revisão das aposentadorias por invalidez. No caso do Bolsa Família, o governo detectou um gasto indevido de R\$ 1,4 bilhão e cancelou esses benefícios, mas a revisão serviu para que esse dinheiro fosse destinado a outras famílias que estavam na fila pela ajuda financeira.

"Para não aumentar carga tributária, que os contribuintes já reclamam tanto, é preciso ter governança adequada dos programas sociais", afirma Lima Junior, atual coordenador do CMAP. "O objetivo é fazer uma avaliação permanente para propor redesenho de políticas e não ter tanta rigidez do gasto."

REPÚBLICA EM TRANSE »

Hora de punir os "infiéis"



Temer passou a segunda-feira reunido com aliados para discutir a prioridade da pauta de votações no Congresso

Planalto exonera apadrinhados de deputados que votaram a favor da denúncia da PGR contra Temer. Demissões já somam mais de 140

» NATÁLIA LAMBERT
» ROSANA HESSEL

Diante da expectativa de a Procuradoria-Geral da República enviar ao Supremo Tribunal Federal uma nova denúncia contra o presidente Michel Temer ainda nesta semana, o governo começou a cumprir o prometido aos aliados e exonerou mais de uma centena de funcionários nos terceiro e quarto escalões ligados a deputados que votaram a favor da primeira acusação, enterrada em 2 de agosto

pelo plenário. Com o recado, o presidente embarca na manhã de hoje para a China, onde participará de um encontro com a cúpula do Brics, bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (leia mais na página 4).

“É a mensagem que ele está dando aos rebeldes para eles se comportarem durante a ausência dele. O exemplo de como o governo age com quem o trai”, comenta um aliado que prefere não se identificar. De acordo com informações de assessores palacianos, são mais de 140 exonerações pensadas e calculadas a partir do mapa dos votos da primeira denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Apesar

da cobrança, principalmente, dos partidos do Centrão, o PSDB ficou fora da retaliação, já que o governo espera recuperar o apoio da metade da bancada que votou pelo afastamento de Temer.

A notícia aparece no momento em que o Planalto precisa de apoio em votações estratégicas no Congresso, como a medida provisória do Refis e a revisão da meta fiscal para 2017 e 2018 (veja quadro). E a semana será atípica. Com a ausência de Temer até 6 de setembro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assume interinamente a Presidência da República e, por causa da ausência também do vice-presidente da Casa, Fábio Ramalho (PMDB-MG), quem assumirá os polêmicos debates em plenário é o segundo vice-presidente da Câmara, André Fufuca (PP-MA), de 28 anos. A expectativa da maioria dos líderes é que as votações se concentrem nas medidas provisórias, já que a reforma política está longe de um consenso.

Apesar de já ter criticado anteriormente a demora do governo em exonerar os infiéis, o líder do PSD, Marcos Montes (MG), aplaudiu a decisão de Temer. “É a ação de um governo que quer trabalhar com a base aliada. Qualquer governo tem de fazer isso para ter certeza de quem está ao seu lado. Não adianta ter uma maioria fictícia, irreal. Quem está ao lado tem





que ser privilegiado. Não é questão de cargo, mas de justiça, de respeitar a quem é leal”, comenta Montes, que deixa claro que buscará no governo espaços caso algum deputado da legenda requisite.

Entre os partidos retaliados está o Solidariedade, em que seis dos 14 deputados votaram pela abertura do processo de investigação contra Temer. Apadrinhados dos deputados Delegado Francischini (PR), Carlos Manato (ES) e Laércio Oliveira (SE) foram demitidos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O líder da legenda, Aureo (RJ), afirma que perguntará ao governo o motivo das exonerações. “Acredito que o Planalto está compondo a sua base. Vamos aprofundar isso. O governo tem suas estratégias, mas isso não garante voto nem tira voto. Isso não muda o cenário. O voto não pode estar atrelado a cargo”, afirma.

Otimismo

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, minimizou o risco de uma segunda denúncia de Janot ser apresentada enquanto Temer estiver na China. “As possibilidades são as maiores do mundo em todos os tipos de aspectos. Há possibilidade de aprovação das nossas regras e há possibilidade de surgir uma nova denúncia e, naturalmente, ela tem que ser fundamentada”, disse Padilha. De acordo com o ministro, o governo está otimista para a aprovação das pautas econômicas. Na véspera da viagem, Temer passou o dia reunido

com os líderes aliados para tratar das prioridades da agenda.

Padilha não comentou se há risco de uma nova derrota de Temer no Congresso durante a viagem, como ocorreu quando o presidente esteve na Europa na votação da reforma trabalhista no Senado. Ele pretende ficar no Brasil para coordenar as articulações para que as pautas prioritárias do governo avancem no Legislativo. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também não vai para o país asiático participar da cúpula dos países do Brics.

Semana atribulada

Além da expectativa com a chegada de uma nova denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer, o Congresso se debruça sobre temas essenciais para o governo e para os parlamentares. Confira:

Reforma política

Sem consenso na maioria dos temas, deputados e senadores precisam aprovar a reforma política até o início de outubro para que as novas regras passem a valer a partir do ano que vem. As principais polêmicas envolvem a criação de um fundo de financiamento público de campanha e a mudança do sistema eleitoral majoritário.

Meta fiscal

O governo precisa aprovar a revisão da meta fiscal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),

aumentando o déficit das contas públicas deste ano em

R\$ 20 bilhões, passando a ser R\$ 159 bilhões. O déficit da meta fiscal de 2018 também seria ampliado para o mesmo valor — antes era de R\$ 129 bilhões. A intenção no Planalto é que o Congresso referende o novo valor até 31 de agosto, quando tem de enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018 à Comissão Mista de Orçamento com os novos parâmetros.

Taxa de Longo Prazo (TLP)

O Congresso precisa aprovar a Taxa de Longo Prazo (TLP), a nova taxa de juros do BNDES, até 6 de setembro. A medida perde a validade no próximo dia 9. A Câmara aprovou o texto-base na semana passada e falta a discussão de três destaques.

MP do Refis

O Planalto precisa chegar a um acordo com os congressistas nesta semana sobre a medida provisória do novo Refis. O prazo para adesão ao novo programa vence em 31 de agosto e o governo já cogita uma nova prorrogação. As negociações do governo são para o envio de um substitutivo ao relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), que concedeu perdão para 90% das multas e dos juros, reduzindo a previsão de arrecadação de R\$ 13 bilhões para menos de R\$ 500 milhões neste ano.

Retomada da economia em pauta

» ROSANA HESSEL

O presidente Michel Temer convocou todos os ministros para participar de uma reunião no Palácio do Planalto na tarde de ontem com o intuito de aparar as arestas, afinar o discurso e tratar de um cronograma para acelerar os investimentos e projetos de concessão em cada pasta do primeiro escalão. A ideia é que, quando retornar ao país, em 6 de setembro, as autoridades apresentem dados concretos para estimular a economia, segundo fontes palacianas.

Após a reunião, os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Henrique Meirelles (Fazenda) foram escalados por Temer para comentar a pauta. Eles tentaram mostrar otimismo com a retomada da economia brasileira ainda neste ano. Meirelles voltou a afirmar que será possível registrar avanço do PIB superior a 2,5% no ano que vem, apesar de ter anunciado

recentemente uma revisão na previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, reduzindo a taxa de 2,5% para 2%. Segundo ele, na média, ficará em 2% porque é um “número mais sólido e responsável”. “É um crescimento com viés de alta, mas que não deve ser incorporado ao Orçamento, mas devemos estar preparados ao ritmo do último trimestre deste ano e que vai acontecer durante o ano todo de 2018”, afirmou o titular da Fazenda.

Padilha, que inicialmente integrava a comitiva rumo à China, ficará no país com a responsabilidade de comandar as negociações do Planalto com os congressistas para garantir aprovação das pautas econômicas, como a MP da TLP (nova taxa do BNDES) e a mudança da meta fiscal. “Vou usar uma expressão que eu tenho ouvido muito. A economia descolou da política e está andando com suas próprias pernas. E vamos dar o mesmo tratamento no caso, se merecido, no Congresso”, afirmou.

REPÚBLICA EM TRANSE »

Viagem à China em busca de parcerias

Temer embarca hoje para uma viagem ao país asiático para vender a imagem do Brasil e estimular a economia. O presidente também participará da reunião de cúpula do Brics

» HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO
» ROSANA HESSEL

O presidente Michel Temer embarca hoje para a China para uma série de reuniões com os integrantes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O país asiático foi o primeiro a ser visitado pelo peemedebista como efetivo no cargo, logo após o impeachment de Dilma Rousseff, há praticamente um ano. De olho em votações importantes no Congresso e no estímulo da economia, Temer deixará no Brasil o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o secretário-geral da Presidência, Moreira Franco. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, deve embarcar só depois da análise da meta fiscal.

O primeiro encontro oficial ocorrerá na sexta-feira. Temer realiza uma visita a Pequim a convite do presidente da China, Xi Jinping. Temer também se reunirá com o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, com o qual está prevista a assinatura de atos bilaterais em áreas como infraestrutura, saúde, cultura e tecnologia. A China é o principal parceiro comercial do Brasil. O Planalto está otimista com a retomada da economia e de um novo recorde na balança comercial com dados de agosto.

De acordo com o porta-voz da República, Alexandre Parola, Temer tem como objetivo mostrar aos investidores chineses que o Brasil é uma boa opção para aplicar o capital. “Brasil e China mantêm parceria estratégica global. São duas grandes economias fortemente interligadas. O Brasil é destino seguro para investimentos chineses e importante provedor de alimentos e insumos para a China, nosso principal parceiro comercial”, afirmou o porta-voz.

Avaliações

Cláudio Porto, presidente da

Macroplan, disse que existe um grande interesse no mercado e que deve ser um bom negócio para o Brasil e a China. “Para o Brasil, que não tem capacidade financeira de gerenciar mais estes ativos. E para a China que vai adquirir um pacote valioso, bem regulado e com perspectiva de crescimento forte”, destacou.

Entre 3 e 5 de setembro, Temer participará da 9ª Cúpula do Brics, na cidade de Xiamen, a pouco mais de 2 mil km da capital chinesa. “Brasil e China compartilham prioridades sobre temas como a defesa do multilateralismo, a resistência ao protecionismo e o combate ao aquecimento global”, destacou o porta-voz da Presidência.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), criado pelo Brics, também será pauta. Ele foi feito para financiar projetos aliados à sustentabilidade. O gerente de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria, Diego Bonomo, quer que a instituição tenha um escritório regional no Brasil para aproximar o setor empresarial do país do banco.





Giro pela Ásia

O presidente Michel Temer viaja à China para tratar das privatizações e investimentos.

Temas que devem ser tratados

Há quase um ano, o presidente Michel Temer fazia a primeira viagem oficial como comandante da nação à China. Hoje o chefe do Planalto volta ao país asiático para tratar de assuntos econômicos

- 1 Privatizações e concessões:** o governo anunciou que vai se desfazer de ativos. São eles: 18 aeroportos, 16 terminais portuários, 16 concessões de energia, quatro empresas, duas rodovias e uma parceria público-privada de telecomunicações.
- 2 Reformas:** Temer deve enaltecer as medidas já aprovadas no Congresso, como a reforma trabalhista e a terceirização. Também deve dizer que o país está empenhado em aprovar outras alterações estruturais, como as mudanças nas regras previdenciárias, que estão paradas no Legislativo, e a reforma tributária.
- 3 Encontro do Brics:** o país deve apresentar o potencial de investimento e avançar nas negociações de acordos que facilitem e incentivem o comércio entre as nações envolvidas: Rússia, Índia, China e África do Sul.
- 4 NDB e economia sustentável:** ocorrerão novas negociações para expansão do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que tem como função investir em projetos sustentáveis. Empresários da indústria brasileira procuram incentivar a criação de um escritório no Brasil. A sede da instituição fica na China e a presidência é comandada pela Índia.

Quem está na comitiva presidencial?

- Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, **Dyogo de Oliveira**
- Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, **Marcos Pereira**
- Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Blaio Maggi**
- Ministro dos Transportes, **Maurício Quintella**
- Ministro de Minas e Energia, **Fernando Coelho Filho**
- Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, **Osmar Terra**
- Ministro das Relações Exteriores, **Aloysio Nunes**

Gafes presidenciais

As viagens internacionais oficiais do presidente têm se tornado sinônimos de constrangimento para o chefe do Planalto.

Troca de reis: durante a cúpula do G20, Temer chamou o monarca da Noruega, Harald, de rei da Suécia.

País antigo: em viagem feita à Rússia, o chefe do Planalto se referiu aos empresários do país de "soviéticos", após a Presidência da República divulgar na agenda oficial que Temer viajaria para a República Socialista e Soviética, nome que foi usado até 1991.

Troca de país: em brinde ao presidente do Paraguai, Horacio Cartes, Michel Temer confundiu o local onde estava e disse que tem apreço pela relação "Brasil e Portugal".

FONTES: Ministério da Fazenda e especialistas

Seja o que Deus quiser

Governo vai para o tudo ou nada e tenta se apegar aos bons indicadores da economia para rebater as novas denúncias contra Michel Temer

por Vicente Nunes
vicentenunes.df@dabr.com.br

O governo está preparado para o tudo ou nada. Na expectativa de uma nova denúncia contra o presidente Michel Temer pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ainda nesta semana, a ordem do Palácio do Planalto é unificar o discurso e se apegar, o quanto for possível, às notícias boas que vêm da economia. Na próxima sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), e tudo o que Temer quer é um número positivo.

Na China, para onde embarca hoje, o peemedebista tentará mostrar que, mesmo com toda a sua fragilidade política, é a opção menos tortuosa para que o país chegue ao fim de 2018 de pé. O governo colheu, nos últimos dias, indicadores a fim de reforçar o discurso de que a economia saiu efetivamente da recessão e que, se houver surpresas,

elas serão positivas. O recado nessa direção foi explicitado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele já fala em crescimento de 3% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2018.

Não custa lembrar que o mesmo Meirelles foi o primeiro a dizer, logo após a posse de Temer, que o país sairia rapidamente da recessão, puxado pela política econômica responsável que passaria a ser executada a partir daquele momento. Muitos acreditaram no discurso ufanista, que foi mostrando-se vazio a cada número tornado público. Descobriu-se que a equipe técnica apresentada como a salvadora da pátria não foi capaz de arrumar as contas públicas. Preferiu continuar tapando buraco e deixar o serviço para o próximo governo.

Desta vez, contudo, é possível que não haja frustração. Mas não porque o governo tenha feito a parte dele. Na verdade, famílias e empresas preferiram se descolar da política e tocar a vida. A recessão gravíssima na qual o Brasil mergulhou fez o trabalho sujo e corrigiu parte dos erros cometidos pela administração de Dilma Rousseff. Derrubou a inflação, o que melhorou

o poder de compra dos trabalhadores, abriu espaço para a queda dos juros e forçou a redução do endividamento. A vida real falou mais alto.

Bandalheira

Resta torcer para que a política dê uma mãozinha. Há questões importantes que precisam ser aprovadas no Congresso o mais rapidamente possível, a começar pela mudança das metas fiscais deste ano e de 2018. Até quinta-feira, o governo terá que enviar ao Legislativo a proposta de Orçamento para o ano que vem. Sem as novas metas, tudo ficará capenga. Temer acredita que, mesmo de longe, será capaz de evitar o pior. Para isso, remanejou pelo menos 140 cargos de segundo e terceiro escalões. Amaciou a ala mais fisiológica da base aliada.

“Faz parte do roteiro o governo mostrar confiança. Para nós, no entanto, o que realmente importa é que a economia real se mantenha descolada de Brasília. Cansamos de tanta bandalheira”, diz um empresário. “Se a inflação permanecer baixa, o que acreditamos, e os juros continuarem baixando, já será um ótimo negócio.





De confusão política, estamos cheios. Queremos ver o consumo e a produção crescendo”, acrescenta. Para o empresário, certamente a nova denúncia da PGR contra Temer tenderá a ser pesada. “Isso, porém, já está no preço. Vida que segue.”

Mais do que a nova denúncia contra Temer, o que realmente importa para os donos do dinheiro é o resultado das eleições de 2018. “O atual governo é de curto prazo, vai acabar logo. O que precisamos é de uma visão de longo prazo. A incapacidade de vislumbrar o que sairá das urnas, sim, é um grande problema”, reforça o mesmo executivo. Como bem ele ressalta, nunca é demais lembrar que tudo pode piorar.